

A invenção do futuro do Brasil e os usos políticos do passado

revista *Veja* (1968-1978)

Cristiani Bereta da Silva*

Apresentação

O presente texto apresenta discussões preliminares de uma pesquisa que se propõe realizar um duplo movimento de análise. Como primeiro movimento interessa pensar como as narrativas publicadas pela revista *Veja* explicam e dão sentido as mudanças políticas, econômicas e educacionais que marcaram o Brasil entre os anos de 1968 a 1990. O segundo movimento, indissociável do primeiro, consiste em analisar – por meio dos conceitos de cultura política e de cultura histórica - aspectos da referencialidade histórica presente em diferentes narrativas a fim de problematizar de que forma este periódico participou da construção de um projeto de futuro comum para o Brasil, a partir de usos, seleção e enquadramento do seu passado.

Parte-se da premissa que impressos como jornais e revistas - assim como outros veículos da indústria do entretenimento – investem-se de autoridade simbólica que lhes permite participar semanticamente das ações e transformações da sociedade, inclusive operando em seleções do que deve ser lembrado ou esquecido na escrita da História do Brasil e da construção de projetos políticos coletivos. Tal empreendimento constitui recorte de uma investigação mais abrangente, intitulada “Um país impresso: entre culturas políticas e sociabilidades – revistas semanais, projetos sociais e memória histórica no Brasil (1964-1990)” (CNPq/Edital Universal/2011) coordenado pela Profa. Dra. Silvia Maria Favero Arend, com participação dos professores e acadêmicos da linha de pesquisa “Culturas Políticas e Sociabilidades” do Programa de Pós-Graduação em História da UDESC. O principal objetivo desse projeto é problematizar as representações e memórias em disputa sobre a sociedade brasileira - observadas nas páginas das revistas *Manchete*, *O Cruzeiro*, *Realidade*, *Veja*, *Isto é* e *Visão* - desde o período que marca o início do regime ditatorial no país, em 1964, até a redemocratização, ao final da década de 1980.

* Professora do Departamento de História e dos Programas de Pós-Graduação em História e em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Neste texto, especificamente, foram recortadas narrativas relativas ao contexto político e educacional publicadas entre 1968 e 1978¹ na *Veja* que, de alguma forma, evidenciam usos do passado para explicar o presente ou destacar aspectos relativos ao futuro do país. Compreende-se que os meios de comunicação ocupam, nas sociedades contemporâneas, lugar de destaque na produção de uma memória pública e de uma ideia de história. A narrativa jornalística, principalmente, vem participando desse processo com vigor e constância haja vista sua condição simbólica de detentora da pretensão da verdade. Legitimada como uma das principais instâncias semantizadoras das ações e das transformações da realidade a mídia jornalística seleciona, entre todos os fatos e sujeitos, aqueles que devem ser memoráveis no futuro, reinvestindo-os de relevância histórica. Além disso, a ideia de história produzida pelo discurso jornalístico operaria no estabelecimento de relações entre sujeitos individuais e coletivos com o presente, o passado e o futuro. (RIBEIRO; FERREIRA, 2007; RIBEIRO, 2010).

As narrativas selecionadas são lidas pelo viés da cultura política e da cultura histórica, pois se entende que a articulação dessas dimensões oportunizam uma visada mais ampla sobre o lugar que o passado ocupa num determinado projeto político. Para Serge Bernstein (1998:353) “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro”. Essa quadro também abre espaço para a cultura histórica, se a compreendemos como aquela que opera a consciência histórica na vida prática, ou melhor, manifesta o trabalho interpretativo da consciência histórica, construída a partir das relações estabelecidas por uma sociedade com o passado, o presente e o futuro. (RÜSEN, 1994). “A cultura histórica é multidimensional, como todas as outras culturas. Ela tem expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas; sua substância cognitiva é sempre o conhecimento do *wie es eigentlich gewesen* (como realmente aconteceu)” (RÜSEN, 2009: 172). Para o historiador Jacques Le Goff (2003), a cultura histórica expressaria a relação que uma sociedade mantém

¹ O recorte temporal deve-se exclusivamente ao material já levantado no acervo digital da revista *Veja* (www.revistaveja.com/acervodigital) a partir das palavras-chave: educação e história. A partir dessa primeira busca faz-se uma leitura prévia sobre o tema tratado no texto e, se ele traz aspectos relacionados ao futuro do Brasil ou do presente a partir de referências do passado, é catalogado e organizado numa planilha do *Excel*. Esta tarefa é realizada pela bolsista de iniciação científica Iara Steiner Perin, sob a minha orientação. Cumpre reforçar que esta é apenas uma parte da pesquisa. Em seu andamento espera-se trocar ideias e fontes pesquisadas a fim de adensar as discussões e construir análises que estejam de acordo com os resultados esperados pelo grupo.

com o passado, relação esta que alargaria a própria noção de história. Periódicos impressos, como a *Veja* constituem-se em campos privilegiados para se perceber construções simbólicas que operam com o tempo de diferentes formas. Ressalte-se que na condição de revista de informação, com periodicidade semanal, *Veja* elabora sínteses dos acontecimentos organizando-os em narrativas próprias, buscando explicar e atribuir sentido à realidade a partir de um espaço maior de tempo. Mesmo que o tempo, na narrativa jornalística, seja fundamentalmente diferente do da História, seu uso funciona para dar a ler, conhecer e explicar diferentes temas. E, mais importante, seu uso funciona para legitimar determinada forma de conceber o mundo e partilhar projetos de futuro.

No presente, pode-se destacar vários usos do passado e de referencialidade histórica que apontam para diferentes sentidos de história. A história como uma forma pública de conhecimento, divulgada na imprensa, no cinema, nos museus, nas instituições públicas, na propaganda, no mercado editorial, na política etc; história como forma de pensar, como uma orientação no tempo; história vivida, experiência que configura a existência de todos nós, pessoas ordinárias, e, é claro, a História como campo disciplinar, acadêmico, como produção de conhecimento controlada por métodos e categorias de análises que embora mudem com o tempo, sempre serão reafirmados como necessários na operação historiográfica. Tratando-se ainda dos usos do passado e assumindo que passado não é sinônimo de História é necessário pensar nas imbricações e tênues fronteiras existentes entre o passado histórico e o passado prático na pesquisa e divulgação do conhecimento histórico. A partir do argumento de Michael Oakeshott, Peter Lee (2011) lembra que o passado prático reorganiza os acontecimentos para que estes possam contribuir às sucessivas condições das ações dos sujeitos individuais e coletivos. Enquanto que a história “representa um interesse nos eventos do passado [...] respeitando sua independência nas sucessões do tempo ou nos eventos do presente”, o passado prático possuiria uma relação específica com o presente, que seria a de justificativa para a realização de determinadas ações. “Este é o passado usado pelo advogado, político ou sacerdote”. O passado prático é habitado por eventos, personagens e lições exemplares, portanto, “na ausência da história o passado é apenas prático.” (LEE, 2011:24-25).

Contudo compreender essas diferenças quanto aos sentidos disponíveis para história e passado não significa necessariamente sucesso na tarefa de distinguir onde acaba um e inicia outro, pois as fronteiras são tênues e difusas. Compreendendo que esses diferentes sentidos estão presentes nas narrativas da revista *Veja* que buscam explicar e dar sentido ao Brasil no período recortado, tentar-se-á pensá-los a partir do aporte conceitual da cultura política e da cultura história. Pensar as narrativas jornalísticas da *Veja* e descrevê-las a partir dessas dimensões constitui possibilidades de dotar de inteligibilidade como se manifestam e se evidenciam o projeto de sociedade compartilhado por *Veja* no período que vai do regime civil-militar ao processo de redemocratização. Isso porque as culturas políticas exercem papel fundamental na legitimação de regimes ou na criação de identidades. A construção de uma cultura política implica na eleição de uma dada memória e de uma certa leitura política do passado (ABREU, et al, 2007) e essa leitura, por sua vez, expressa o lugar que o passado ocupa nessa mesma sociedade.

O campo e os procedimentos de investigação dessa pesquisa privilegiam as narrativas que circularam na revista *Veja* e que indicam usos políticos do passado ao mesmo tempo em que constituem representações sobre o presente do país e projetam seu futuro. A abordagem metodológica concebe as notícias, os editoriais, as imagens etc. veiculadas pela revista como narrativas, no sentido atribuído por Paul Ricoeur (2007; 2010), como efeitos de sentido que descrevem e representam as ações, os sujeitos e os tempos a partir funções matriciais herdadas da ficção ao articular as noções de *mimese* e intriga. A partir de Paul Ricoeur (2010) compreende-se que as narrativas tornam acessíveis a experiência humana do tempo, o tempo só se torna humano por meio da narrativa. A narrativa possui dinamismo integrador que transforma dispersão e incidentes aparentemente não conexos numa história una e completa, passível de ser interpretada, reconfigurada pelo leitor. A relação estabelecida com as narrativas jornalísticas será hermenêutica, interpretativa dos referenciais que possibilitam sua leitura, significação.

Outro movimento metodológico que se constitui em desafio refere-se a abordagem da revista *Veja* como objeto de pesquisa. Tal desafio consiste em evitar a armadilha de ir buscar num periódico aquilo que se quer confirmar recortando palavras, imagens ou textos inteiros desvinculados de uma determinada realidade e contexto. Ou observar as narrativas apenas na

dispersão sem relacioná-las ao conjunto de discursos que as enunciam e as legitimam (LUCA, 2006).

No esforço de se evitar essas armadilhas as narrativas investigadas na *Veja* – são analisadas primeiramente a partir da materialidade desse periódico circunstanciada como um periódico impresso, projeto coletivo situado num determinado contexto histórico, articulado a um determinado grupo e linha editorial e que possui ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros. Segundo Tânia Regina de Luca (2006:139), a imprensa periódica “seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. A partir desse entendimento a revista *Veja* pode ser analisada a partir de diferentes perspectivas, quais seja: da produção e/ou recepção dos discursos, das motivações para a publicação de determinadas informações, temas e conteúdos, bem como a linguagem empregada.

Parte-se aqui do pressuposto que a revista *Veja* constitui-se “a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica” (LUCA, 2006:138-142) e, por isso, será analisada a partir das representações sociais construídas e enunciadas nas narrativas jornalísticas. Tais procedimentos técnicos e de manuseio do material estarão orientados para o recolhimento de indícios de “experiências” e “expectativas” presentes no período em questão e que se constituíram em elementos indispensáveis para a construção da memória histórica do período, conforme explicitado anteriormente.

O futuro passado nas narrativas da revista *Veja*

O processo de modernização administrativa e tecnológica da imprensa brasileira associado às inovações estilísticas e profissionais do jornalismo praticado no país pode ser acompanhado já a partir da década de 1950. Ressalte-se que nesta década o Brasil contava com pouco mais de 50 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 9 milhões concentravam-se no Estado de São Paulo. O número de analfabetos brasileiros girava em torno de 70% da população (VILLALTA, 2002). É neste momento que se inicia o processo de consolidação da Editora Abril de propriedade do ítalo-americano Victor Civita. Entre 1950 e 1959 os números da Editora Abril vão de 7 títulos para 27 no período de 1960 a 1969 e

alcançando 121 títulos entre 1970 e 1979. Na década de 1950 a Abril possui, por exemplo, as fotonovelas *Capricho*, *Você*, *Ilusão*, *Noturno* e a revista de história em quadrinhos *Pato Donald*. Com a expansão das rodovias brasileiros no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), a Editora Abril lança, em agosto de 1960, a revista automotiva *Quatro Rodas*, endereçada ao público masculino. A revista *Realidade* surgiria em 1966, “momento em que estrutura gráfica da Editora Abril já estava preparada para trabalhar semanalmente com grandes tiragens” (VILLALTA, 2002, p.2-3).

Embora a *Veja* tenha sido idealizada por Roberto Civita (filho de Victor Civita) já no final da década de 1950, sua fundação ocorreria apenas em 1968. O cenário nacional no início da década de 1960 - inaugurada com tensões advindas da renúncia de Jânio Quadros, o governo de João Goulart e o golpe de 1964 – contribuiu para que o lançamento da revista fosse adiado até então. Antes de seu lançamento foram publicados 14 números zero, no projeto piloto chamado de *Projeto Falcão* (VILLALTA, 2002, p.5). Com características próprias - embora baseada nos já consagrados semanários norte-americanos *Time* e *Newsweek*, e diferente de outras publicações bem-sucedidas da Abril, como *Claudia* e *Realidade*-, a revista *Veja* era orientada para a integração de um país continental por meio da notícia (VILLALTA, 2002, p.8).

Parte-se do pressuposto de que a Revista *Veja* - como parte da mídia jornalística - apresenta-se como uma das instâncias organizadoras do social e do político do Brasil contemporâneo. Ao narrar e atribuir significados a diferentes acontecimentos e sujeitos *Veja* angaria legitimidade como uma das estruturas definidoras do que deve ser lembrado ou esquecido. Acredita-se que, cumprindo a etapa de pesquisa e organização da longa série de edições previstas para esta pesquisa, as narrativas selecionadas abrirão melhores oportunidades para a observação de mudanças e permanências no processo de reinvenção do Brasil e seu futuro nas décadas de 1960 a 1990.

Nas narrativas analisadas até o presente momento, que cobrem os anos de 1968 a 1978, observam-se que rural x urbano; civilizado x inculto; moderno x atrasado; passado x futuro são pares de oposição frequentemente mobilizados nas narrativas da *Veja* para explicar o Brasil aos seus leitores e formar opiniões que se coadunem com aquelas defendidas por seus editores.

No ano de 1968, ao noticiar a expedição da Comissão Geral de Coordenação dos Estudos do Programa Estratégico às regiões Norte e Sul do país, idealizada pelo então ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, a revista faz uma analogia com o “descobrimento do Brasil”:

Quase cinco séculos depois do descobrimento do Brasil, durante a permanência de seu governo na Amazônia - em agosto desse ano -, o Presidente Costa e Silva, referindo-se ao país, repetia a mesma frase famosa de Pero Vaz de Caminha: "É uma terra que, em que se plantando, tudo dá". [...] Como informava o Ministro Hélio Beltrão, ao entregar o programa ao Presidente, "ele é mais do que um plano de governo. Contém, além da programação das atividades governamentais do triênio 1968/1970, correspondente ao restante do seu mandato, uma nova estratégia para o desenvolvimento nacional, cujos efeitos se projetarão sobre o futuro". Para o ministro, um plano só se realiza quando conta com o apoio da opinião pública [...] Não basta explicar. É preciso que o povo tenha a política do governo na cabeça e no coração [...] Para atingir o coração, o Ministro entende que as soluções dos grandes problemas econômicos devem chegar ao nível de compreensão de quem ele chama de "o brasileiro médio". (Revista Veja, 18/09/1968:26-27).

O texto estende-se por quatro páginas e é construído destacando os aspectos políticos do plano do desenvolvimento econômico daí advindos. O espaço ao plano é concedido pela revista, incluindo seus aspectos positivos. Mas o que chama a atenção é que a analogia ao “descobrimento” também acabou servindo como estratégia de noticiar as campanhas estaduais marcadas para 1970 e de como os candidatos da Arena estavam se mobilizando, ao embarcar na “caravela do novo descobrimento”.



Caricatura do ministro Hélio Beltrão e dos representantes da Arena, na Comissão: senadores Carvalho Pinto e Ney Braga e o deputado Rafael de Almeida Magalhães. (Revista *Veja*, 18/09/1968:26).

A nova expedição - O certo é que a Arena, repetindo a história, se dispõe a conquistar simpatias populares em torno do PED. Martin Afonso de Souza depois de fundar a primeira vila brasileira mandou seu irmão Pero Lopes de Souza explorar a costa Sul do Brasil, até o rio da Prata, para depois subir até a foz do rio Maranhão, no Norte. Será pelo Norte e pelo Sul também que a Comissão Geral de Coordenação dos Estudos do Programa Estratégico começará seu trabalho, no dia 26 deste mês. Como resultado da primeira expedição exploradora foi possível a Portugal elaborar um programa de colonização da terra descoberta: dividiu-se o Brasil em quinze capitanias hereditárias, cinco delas foram entregues a membros da expedição. Da comissão da Arena que viajará pelo Brasil, os senadores Carvalho de Pinto e Ney Braga, os deputados Rafael de Almeida Magalhães, Murilo Badaró e Cid Sampaio são as figuras principais. Destes cinco, quatro pelo menos já trabalham pelos governos estaduais em 1970: Carvalho Pinto, em São Paulo; Cid Sampaio, em Pernambuco; Ney Braga, no Paraná; Murilo Badaró, em Minas Gerais, Rafael Magalhães – sem se definir – não esconde o desejo de suceder a Negrão de Lima, na Guanabara. Quanto a expedição retornar, seus participantes poderão imaginar até onde a história do Brasil será capaz de se repetir. (Revista *Veja*, 18/09/1968:29).

O tema da redescoberta do Brasil “470 anos depois de Cabral” é novamente mobilizado na notícia sobre a realização do Censo, em 1970. A reportagem afirma que o “censo da Revolução” seria o mais completo retrato do país de toda a história. Remete à carta de Caminha para dizer que o primeiro relatório sobre o país tinha um aspecto de recenseamento. Alude, ainda, ao recenseamento ordenado por Maurício de Nassau, em 1639, no território ocupado pelos holandeses. (Revista *Veja*, 02/09/1970:42-51). Destaca-se que os usos do passado a fim de sustentar os argumentos sobre as descobertas ou redescobertas do Brasil são usadas tanto para sustentar alguma crítica política, como no primeiro caso citado, mas também para elogiar e diferenciar a iniciativa relativa ao Censo empreendida pelo governo militar das outras que foram realizadas no passado distante e recente.

Mas não apenas de referências ao passado colonial sustentam-se os argumentos de *Veja*, também o futuro constitui-se em estratégia para marcar posição em relação ao presente e aos projetos compartilhados pela revista. Em 16 de outubro de 1968 a seção Literatura da revista *Veja*, sob o título “Os futuríveis: computadores substituem a bola de cristal. Herman Kahn prevê o que nos reserva o ano 2000”, traz que:

Os futuríveis (termo formado das palavras futuro e possível) deixaram a antiga astrologia para estudar, à luz do presente, o mundo de amanhã. Para isso projetam as tendências globais do mundo atual, decifrando o impacto futuro das transformações políticas, sociais, científicas e culturais de hoje. Os futuríveis fazem previsões que vão desde o paraíso da sociedade liberta do trabalho até o apocalipse atômico. [...] Com referência ao Brasil, por exemplo, suas previsões são três. Uma - "que parte de uma escala negativa" - prediz que o Brasil antes do ano 2000, concretizará o sonho de Fidel Castro e Che Guevara transformando-se num segundo Vietnã a partir das Guerrilhas no Nordeste. Este "futuro possível" tem duas alternativas: 1º - Os comunistas triunfam e o Brasil, com a ajuda de Cuba, exporta armas para a revolução em toda a América Latina, abrindo seu imenso litoral para os "marines"... chineses de Mao; 2º - A intervenção de tropas americanas consegue, com muito custo, sufocar a guerra civil, instituindo um governo militar de direita. (Revista Veja, 16/10/1968:64).

O exercício de imaginação sobre o futuro do Brasil foi feito pelo autor do livro "O ano 2000" publicado pela editora Melhoramentos, naquele mesmo ano, no Brasil. Na sequência, outras previsões são anunciadas, mas sob outros parâmetros:

Um eterno "país do futuro" - Na projeção econômica do Brasil do ano 2000, no entanto não há participação da fantasia: baseia-se em dados estatísticos de produção agrícola, de explosão demográfica, de taxa de analfabetismo e de industrialização. Mantendo o ritmo lento atual, adverte, o Brasil levará 130 anos para atingir o nível dos Estados Unidos hoje. (Revista Veja, 16/10/1968:64).

No período selecionado para análise (1968-1978) há várias menções diretas ou indiretas ao futuro do Brasil ou explicações sobre questões do presente legitimadas por meio de referências ao passado. A narrativa acima foi escolhida justamente pelas previsões que expressam naquele presente passado o período de mudanças, transições e conflitos que marcaram a década de 1960 e deram o tom para o projeto de futuro que se pretendia construir, legitimar pela revista. A "escala negativa" do futuro, por exemplo, anunciada no texto, é construída tendo como base o passado bastante recente: os movimentos sociais organizados por trabalhadores rurais como as Ligas Camponesas de Francisco Julião, que surgiram por volta de 1955, principalmente em Pernambuco e na Paraíba e que foram colocados na ilegalidade com o golpe militar de 1964. Os conflitos no campo e as lutas organizadas pelos trabalhadores rurais nas décadas de 1950 e início de 1960, era uma face bastante visível de um país não desejado. O país desejado – expressado em diferentes narrativas que pautaram o Brasil e seus problemas, nas páginas da *Veja*, era urbano, moderno, capitalista. O campo, o rural ainda era uma face visível e forte do Brasil na década de 1960, mas essa face era a

atrasada e aquela que se queria deixar para trás, sob o risco de sermos ocupados pelos “*marines* chineses de Mao”.

No Brasil, o período que inicia em 1964 com o regime civil-militar até o processo de democratização, a partir de meados da década de 1970, apresenta marcos de uma trajetória histórica inseparável de novas culturas políticas e sociabilidades que passaram a ser compartilhadas por importantes segmentos da sociedade brasileira. Compreende-se que as narrativas que explicam o Brasil e lhe conferem sentido, produzidas e divulgadas pela *Veja* neste período, mesmo em sua dispersão, constituem campo de possibilidades de estudos e análises que contribuem para dotar de inteligibilidade a importância das publicações jornalísticas na articulação de projetos políticos que promoveram e evidenciaram engajamentos políticos e tensões culturais.

Acontecimentos e processos em âmbitos sociais e políticos tornaram-se memoráveis no futuro (agora presente) a partir da ação e da elaboração do discurso da informação jornalística. Os textos e imagens (fotografias, caricaturas, desenhos gráficos diversos etc.) veiculados pela Revista *Veja* tomados como narrativas (RICOEUR, 2007; 2010) que evidenciam disputas pela construção da história e da memória do Brasil.

As narrativas privilegiadas por *Veja* nos anos de 1968 a 1978 evidenciavam uma prática em transição, percebe-se também que as definições editoriais continham espaços para a circulação e publicação de vários conteúdos, diferenciados e divergentes acerca das questões políticas relacionadas ao regime militar, a educação, a economia. Os meios de comunicação se modernizaram, as notícias nos chegam hoje quase de forma imediata, ditando vários acontecimentos como já sendo históricos. No entanto, várias imagens que se referem ao Brasil inventado na transição do regime ditatorial para o regime democrático guardam relações com sentidos que foram regularizados e fixados no passado e que compõem a memória social. A revista *Veja* fez circular representações sobre o presente do Brasil e com isso acabou também participando da complexa operação de poder que envolve lembrar e esquecer. Trabalhar com memória exige pensar na coexistência entre passado e presente, na simultaneidade entre a “redescoberta do tempo” e a “consciência do tempo perdido”. As lembranças referem-se sempre ao passado, e ao serem contadas a memória atualiza-se sempre a partir do presente. Para Marina Franco e Florencia Levin (2007), foi justamente a memória que em primeiro

lugar mudou a direção da História para o presente. Memória e História são duas formas de representação do passado (governadas, porém, por regimes diferentes). Dessa forma, a gestação da História a partir da violação das memórias coaduna-se com a sua função crítica de ressignificar o que ficou significado nas memórias, evitando ou mesmo corrigindo os usos e abusos das memórias, bem como de suas fragilidades.

Referências:

- ABREU, Martha; SOIHET, Raquel e GONTIJO, Raquel (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.
- Franco, Marina; Levin, Florencia (Orgs.). **Historia reciente: perspectivas y desafíos para um campo en construcción**. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão *et tal.* 5ª ed. Campinas: Editoria da Unicamp, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A mídia e a cultura da memória. In: MATTOS, Geísa; JAGURIBE, Elizabete; QUESADO, Ana (Orgs.). **Nordeste, memórias e narrativas da mídia**. Fortaleza: Edições Iris/Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 32-45.
- LEE, Peter. Por que aprender História? Revista **Educar**, Curitiba, v. 42, n. 4, p. 19-42, 2011, p.24-25.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Unicamp, 2007.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. A intriga e a narrativa histórica. 3 volumes. São Paulo: Editora WMF; Martins Fontes, 2010.
- RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia". **Cultura histórica**. Original em alemão: K. Füssmann, H.T. Grütter y J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination. Geschichtskultur heute*. Keulen, Weimar y Wenen:

Böhlau, pp. 3-26. Traduzido para espanhol por F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: <www.culturahistorica.es/ruesen.castellano.html>. Acesso: 12 jul. 2012

_____. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n.2, p. 163-209, março 2009. Disponível em: <<http://www.ichs.ufop.br/rhh>>. Acesso: 20 maio 2012.

VILLALTA, Daniela. O surgimento da revista *Veja* no contexto da modernização brasileira. In: INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. **Anais...** Disponível em: <http://intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2VILLALTA.pdf>. Acesso: 29 mar. 2012.